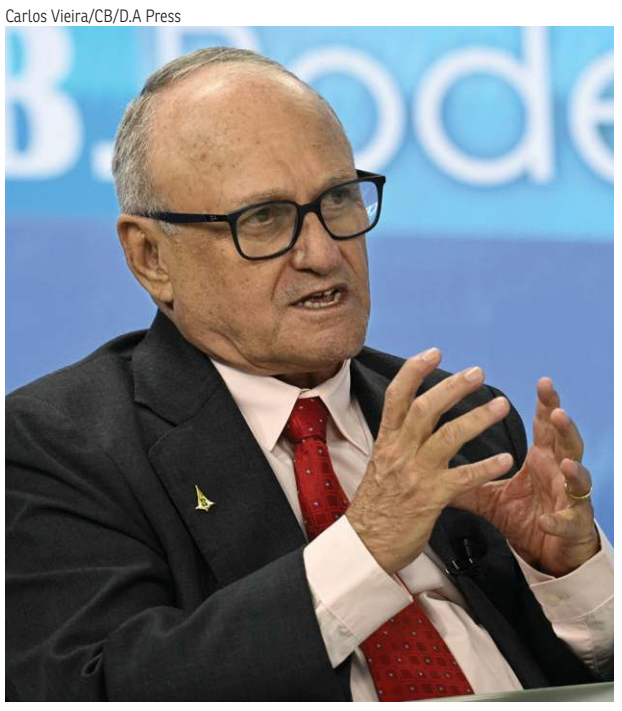
Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Sem fomento

Emendas parlamentares destinadas a despesas de custeio e fomento não estão sendo liberadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Segundo a Secretaria de Economia, a execução das emendas parlamentares em 2026 está sendo conduzida de acordo com as condições fiscais e orçamentárias do DF, com o compromisso de manter o equilíbrio das contas públicas. Diante do atual cenário fiscal, o governo adotou como estratégia priorizar a execução de emendas destinadas a investimentos, deixando de executar, neste momento, aquelas voltadas a despesas de custeio e fomento.

"A decisão busca assegurar o cumprimento das metas fiscais, a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos parâmetros estabelecidos pelo artigo 167-A da Constituição Federal, além de melhorar os indicadores fiscais do Distrito Federal para recuperação da Capacidade de Pagamento (Capag)", disse a pasta.

Aos deputados que têm ido ao gabinete questioná-lo sobre a liberação, o secretário Valdivino de Oliveira tem dito que, para novembro e dezembro, foram cortadas as concessões de fomento para qualquer atividade, "com exceção daqueles autorizados expressamente pela governadora".

Valdivino vai à CLDF

O secretário de Economia do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, vai à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na próxima terça-feira, para conversar com os deputados distritais e esclarecer dúvidas referentes à questão das emendas. A ida do chefe da pasta foi articulada pelo líder do governo na Casa, deputado Pepa (PP).

Desfile Beleza Negra não vai acontecer

Minervino Junior/CB/D.A Press



Entre os projetos que ficaram sem verba e não aconteceram está o Desfile Beleza Negra (DBN), que é realizado desde 2012. O evento, idealizado pela psicóloga, atriz e ativista Dai Schmit, seria realizado com emenda parlamentar destinada pela deputada distrital Doutora Jane (Republicanos). No entanto, apesar de ter sido desbloqueada, a verba não foi liberada pela Secretaria de Economia, impossibilitando a realização do evento. "O DBN nunca foi apenas sobre moda. É sobre identidade, memória, autoestima, representatividade, trabalho e resistência. É sobre pessoas que, muitas vezes, precisam lutar muito mais para ter acesso às mesmas oportunidades e aos mesmos espaços. Por isso, quando um projeto como esse deixa de acontecer, o impacto ultrapassa o palco, a passarela e a programação cultural", ressalta Dai Schmit.

"A deputada lamenta a não realização do evento, que tem um papel importante na valorização da cultura, da identidade e da representatividade negra. Reitera, ainda, seu compromisso com o projeto e esclarece que a destinação da emenda foi realizada, cabendo ao Poder Executivo a efetiva execução dos recursos", disse nota enviada pela assessoria da deputada Doutora Jane.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Infraestrutura e iluminação pública

Emendas destinadas pelo deputado Max Maciel (PSol) para infraestrutura, assistência social e iluminação pública também não foram desbloqueadas. "Infelizmente, temos diversas emendas não executadas, em diversas áreas, totalizando mais de R$ 20 milhões. O grande problema para nós é que emendas de execução impositiva não foram executadas e sequer desbloqueadas. Por conta dessa lentidão, existe um risco enorme que esse dinheiro seja perdido e que a população deixe de receber melhorias como reformas em escola e até mesmo iluminação de faixas de pedestre", disse o parlamentar à coluna.

Ed Alves CB/DA Press



PT pede aprofundamento de investigação de Ibaneis no caso BRB-Master

O Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF) vai representar junto ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal para exigir o aprofundamento das investigações sobre a participação, as responsabilidades e os possíveis benefícios recebidos pelo ex-governador Ibaneis Rocha no escândalo envolvendo o BRB e o Banco Master. A direção regional defende que Ibaneis seja investigado com o mesmo rigor aplicado aos demais envolvidos e, diante dos elementos apontados na resolução, cobra sua prisão. "O PT-DF reafirma que não pode haver privilégios nem impunidade: os responsáveis devem ser punidos e os recursos desviados precisam ser devolvidos ao BRB e, consequentemente, ao povo do Distrito Federal", disse o partido, em nota.

Ed Alves/CB/D.A Press



Repúdio

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, Thales Mendes, repudiou a declaração do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na última terça-feira no programa *Bom Dia, Ministro*. O ministro afirmou que "ninguém vai morrer se o comércio fechar um dia". Para o secretário, a opinião "é infeliz e demonstra uma visão simplificada de uma questão que possui profundas implicações econômicas e sociais". Para Thales, "fechar o comércio aos domingos não significa simplesmente interromper as atividades por um dia. Significa impactar o faturamento de empresas, especialmente dos pequenos e médios empreendedores, reduzir oportunidades de trabalho, comprometer a renda de trabalhadores e provocar consequências em toda uma cadeia econômica que envolve fornecedores, prestadores de serviços, consumidores e diversos outros segmentos."

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

ORGANIZAÇÃO / Estudo aponta que a facção brasiliense possui 75 núcleos operacionais, lava dinheiro em cinco setores empresariais e contém o avanço do PCC e do CV na capital, em um cenário marcado pela ausência de domínio territorial

Comboio do Cão lidera crime no DF

» IAGO MAC CORD

PCDF/Divulgação



A estrutura financeira e operacional do grupo brasiliense contém a expansão de outras organizações

O Distrito Federal vive uma dinâmica criminal singular, com protagonismo da facção local Comboio do Cão (CDC), segundo o relatório Cenários do Crime Organizado no Brasil, elaborado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a partir de dados recolhidos em junho de 2025. Classificada com alta relevância local na capital federal e média relevância nacional, a organização atua em várias cidades do DF e em municípios do Entorno, sendo alvo de investigações por tráfico de drogas, homicídios, tortura e lavagem de dinheiro por meio de empresas de fachada.

Para dissimular recursos ilícitos em Brasília, o levantamento aponta que o CDC recorre a cinco setores empresariais específicos na capital federal — distribuidoras de bebidas, construtora, transportadora, tabacaria e supermercado — num movimento que combina infiltração em mercados formais e ocultação de ativos.

"O CDC obteve avaliações destacadas nos elementos relacionados à lavagem de capital e à atuação em mercados lícitos. A facção possui histórico de utilização de distribuidoras de bebidas, construtora, transportadora, tabacaria e supermercado para lavagem de capitais da facção", registrou o estudo.

Com ao menos 75 núcleos operacionais e o maior contingente mapeado no DF, a facção local mantém estrutura robusta o suficiente para conter o predomínio de grandes grupos de fora, ainda que tenha tentado aproximar-se do Comando Vermelho (CV) — articulação frustrada por ações de inteligência policial que prenderam os supostos intermediários entre as lideranças.

"Apesar de o CV e o PCC se declararem rivais no Distrito Federal, confrontos ostensivos entre as facções não são comuns na capital do país. Os principais grupos criminosos que atuam na capital federal costumam adotar estratégia pragmática de prioridade nos lucros, evitando confrontos", apontou o relatório.

Mesmo após a tentativa frustrada de alinhamento, o CDC segue com postura pragmática focada em ganhos financeiros, evitando embates diretos e mantendo neutralidade em relação aos demais grupos, enquanto a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) afirma acompanhar essas dinâmicas e atuar em operações permanentes para descapitalizar as organizações.

Mercado e facções

Esse cenário se desenvolve em uma unidade federativa de cerca de 2,82 milhões de habitantes, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com a maior renda per capita entre as capitais brasileiras, atrativo econômico que desperta o interesse do crime organizado na exploração do mercado consumidor de entorpecentes. O estudo classifica o DF como um cenário bipolar, no qual CDC e Primeiro Comando da Capital (PCC) figuram como organizações relevantes, sem que nenhuma delas exerça controle territorial sobre as comunidades.

Entre 2023 e 2024, as forças de segurança apreenderam cerca de 14,8 toneladas de drogas no DF — sendo 13,9 toneladas de maconha e 923 quilos de cocaína —, numa dinâmica que também envolve depósitos locais, como na operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Civil (PCDF), em janeiro de 2023, que interceptou 6,5 toneladas de maconha e skunk na BR-040, carga que seria estocada em Planaltina para abastecer o consumo local.

No recorte das facções nacionais, o PCC surge como o segundo maior grupo em número de integrantes mapeados em Brasília, mas com atuação reduzida no varejo e baixa capacidade financeira e operacional no DF, respondendo de forma vertical à Sintonia Final Geral, em São Paulo, e priorizando rotas de atacado em vez do domínio de pontos de venda.

"Embora tenha realizado algumas tentativas de estruturação de forma mais consistente na capital federal na década de 2010, porém não obteve êxito em se estabelecer de forma significativa na capital federal", destacou o estudo sobre a trajetória da facção paulista em Brasília.

O CV, por sua vez, mantém presença limitada e pulverizada na capital, com poucos membros e pontos de venda dispersos desde ao menos 2010, sem se estabelecer de forma relevante no DF, mas com atuação marcante nos municípios de Goiás que compõem o Entorno, o que influencia regiões administrativas fronteiriças e exige atenção constante das forças de segurança.

"Apesar de não se enquadrar nos critérios de admissibilidade do presente trabalho, a atuação do Comando Vermelho nos municípios do entorno do Distrito Federal influencia o cenário das facções da capital federal, sendo fenômeno de acompanhamento dos órgãos de segurança distritais", informou o documento.

Origem

Na reconstituição histórica, o estudo aponta que as primeiras organizações criminosas do DF surgiram no início dos anos 2000, quando Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, principal liderança do PCC, esteve preso na capital, o que incentivou a criação das facções locais Partido, Liberdade e Direitos e, em seguida, Partido, Liberdade e Justiça, ambas já extintas.

Aquele período também concentrou rebeliões no Complexo Penitenciário da Papuda, com 11 mortos em 2000 e dois mortos e 11 feridos em 2001, sem novos eventos desestabilizadores desse porte no sistema prisional desde então, num contexto favorecido pelo fato de o DF ter um dos maiores efetivos policiais por 100 mil habitantes do país.

"As diversas operações de órgãos de segurança pública têm desmantelado o crescimento das organizações criminosas e limitado o seu controle territorial", concluiu o relatório.